

# Voto aos 16 anos habilita 10 milhões

Constituinte faculta direito de eleger aos jovens e discurso de Arinos emociona

O País passou a ter desde ontem mais 10 milhões de novos eleitores, com a aprovação pela Constituinte da emenda do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) facultando o voto aos menores, a partir dos dezesseis anos. Na matéria faculta ainda o voto aos analfabetos e maiores de 70 anos, tornando obrigatório o alistamento eleitoral e o voto para os maiores de dezoito anos. Uma votação tumultuada e assistida das galerias por centenas de jovens interessados nos resultados. Foi uma votação beneficiada pelo encaminhamento favorável do jurista e senador Afonso Arinos de Mello Franco (PFL-RJ), o mais idoso dos constituintes, emocionando o plenário com o seu pronunciamento. Ao final o placar

registrou 355 sim, 98 não e 38 abstenções.

O senador Afonso Arinos iniciou seu discurso dizendo-se satisfeito. "Sou o mais idoso constituinte defendendo o direito dos mais jovens", disse ele. "Para mim — continuou — é um reconforto no termo de minha vida vir aqui interpretar o sentimento dessa garotada. Existem razões de maturidade e bom senso para sustentarmos essa tese, que à primeira vista pode parecer ousada". Em seguida o senador fez um recuo na história para registrar, por meio de exemplos constitucionais a evolução da concessão dos direitos políticos aos menores de idade. Afonso Arinos lembrou que na Constituição de 1824 foi estabelecida

a idade mínima de 25 anos para votar e ser votado; na de 1931 ficou-se com os 21 anos e a de 1934 fixou os 18 anos. "O rapaz de 16 anos hoje — continuou — tem uma formação geral através da informação. A televisão, por exemplo, coloca a juventude em contato com o drama da vida, com o crime, com a brutalidade e a injustiça. Por isso considero que o jovem de 16 anos tem desenvolvimento mental suficiente para escolher".

Coube a Tito Costa (PMDB-SP) tentar convencer o plenário do contrário. Para isso utilizou-se do argumento legal de que os menores de 18 anos são inaptáveis, não sendo passíveis de condenação. Apontou ainda o fato dos menores de 16 anos não serem capacitados para a vida civil, não podem se alistar ou mesmo se casar, sem a autorização dos pais ou de um juiz. "Veremos que é um absurdo tornar eleitor um menor de 16 anos, pois eles são presas fáceis dos meios de comunicação. Devíamos, isso sim, estar aprovando aqui emendas protegendo-os contra o engodo de que estão permanentemente sendo vítimas.

O constituinte Arnaldo Martins (PMDB-RO) seguiu a mesma linha de argumentação do deputado Tito Costa fazendo citações para concluir que o voto aos 16 anos tratava-se de um engodo que não interessava a ninguém.

EUGENIO NOVAS



Comportados mas vibrantes, cerca de 200 jovens ocuparam as galerias para torcer pela nova conquista



Arinos na tribuna, muito aplaudido

## Vibração das galerias contagia

Nem garantia de emprego, nem direito de propriedade. A votação mais emocionante — e imprevisível — até agora no plenário da Constituinte foi a do voto facultativo para jovens de 16 a 18 anos. Naquelas duas questões — e em muitas outras tão ou mais polêmicas que esta — não faltou a pressão de grupos. Mas ontem as galerias se coloriram com a presença de mais de 200 jovens, ao contrário das outras oportunidades. Eles começaram a chegar cedo, enfrentaram problemas com a segurança do Congresso, conseguiram entrar e — mais que isso — obtiveram o apoio do plenário.

pessimismo. Junto com os outros jovens presentes, que até então faziam uma corrente com as mãos, Ana Cristina de Melo pulou, gritou e quase chorou. "Fiquei emocionadíssima", contou depois.

### RAZÕES

A jovem estudante tinha razão para tanto. Tão logo o placar eletrônico revelou os 355 votos favoráveis à emenda, o plenário quase veio abaixo. Os próprios parlamentares — também emocionados — viraram-se para as galerias e, de pé, aplaudiram os visitantes. A confraternização durou mais de um minuto. Entre os jovens — levados até o Congresso pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas e pela União da Juventude Socialista —, despontava outro jovem: o deputado Aécio Neves da Cunha (PMDB/MG), o único que foi às galerias comemorar in loco a aprovação da emenda.

Antes da votação, Aécio já tinha estado no local. Junto com o deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS), autor da emenda, fora dar instruções para não haver manifestações barulhentas. Nessa hora ele não pareceu muito entusiasmado com a possibilidade de a emenda ser aprovada. "Temos chances, mas não sei se são grandes", ponderou. "Os setores mais conservadores, que temem o voto

desses jovens, vão votar contra", previu. O raciocínio do deputado tinha fundamento. A maioria dos presentes não se mostrava disposta a "reeleger esses que estão aí", conforme disse a estudante Ana Cristina de Melo. "Queremos algo novo. E novo é o Lula na presidência", avisou outra estudante, Juliana Gomyde Porto, de 15 anos.

### COMICIO

Sem mais o que ver no plenário, os jovens deixaram as galerias em poucos minutos. Queriam continuar a comemoração. Sairam do prédio do Congresso e se concentraram na rampa. Decidiram voltar, mas foram barrados pela segurança. Retornaram à rampa — e ali mesmo improvisaram um comício. Entre slogans gritados com vontade e em coro, chegou carregado o deputado Hermes Zanetti. O parlamentar deu o tom do comício: parabenizou os "companheiros" pela mobilização, mas alertou-se de que será preciso uma campanha que motive a juventude a se alistar. "Precisamos transformar o direito hoje adquirido em um direito praticado", disse. "Queremos votar para Presidente em 88", gritou, sendo ovacionado pelos representantes dos cerca de oito milhões e meio de eleitores "facultativos" existentes no Brasil.



Cláudia vota em Lula

## Estudante quer votos

Cláudia Enói de Sá vai completar 17 anos na semana que vem e a aprovação do direito de voto facultativo aos 16 anos tem para ela um significado especial: quer seguir a carreira política. Seu sonho é ser deputada. O partido escolhido por Cláudia é o PT e seu primeiro voto para Presidente já pode ser computado para Luis Inácio Lula da Silva. O motivo da escolha, ela não sabe explicar bem, mas acha que "se Lula ganhar vai fazer muita coisa para melhorar o nosso País".

Dentre essas "muitas coisas", ela entende ser indispensável mais organização, melhor ensino, mais saúde para o povo e menos inflação. Sobre a dívida externa brasileira ela não "saca nada", mas, como filha de taxista e de "donade-casa", moradores de Taguatinga, aponta rápido as propostas que gostaria de defender na Constituinte, em se tratando dos direitos dos trabalhadores: jornada de trabalho de 40 horas semanais, estabilidade no emprego e Reforma Agrária.

Sua manifestação a favor de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney foi aplaudida por outras colegas que acompanhavam a entrevista e também tinham saído do colégio direto para o Congresso, convidadas pela diretoria do Grêmio estudantil da escola.

GINALDO BARBOSA



As mulheres rodearam Ulysses e Nelson Carneiro (E), durante as comemorações de seu dia internacional

## Mulheres também fazem a festa

SUELENE TELES Da Editoria de Política

As comemorações do Dia Internacional da Mulher começaram mais cedo no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Nunca se viu igual profusão de sedas, tafetás e linhos se misturando nos 60 minutos antes do início da votação da tarde de ontem. Havia um motivo para tanta festa: é que os produtores do programa Diário da Constituinte já tinham

combinado antecipadamente com todas elas — 33 constituintes — a gravação de um especial em plenário. Organizadamente ocuparam as duas primeiras fileiras de bancadas à esquerda da mesa, enquanto as câmeras registravam os sorrisos e as poses das mulheres mais discutidas deste País. Loiras, morenas, ruivas, mulatas e negra, em um contraste bem próprio da mistura de raças a la brasileira, compunham um quadro característico, on-

de as diferenças ideológicas passavam ao largo, sem a menor importância. Unindo-se estava o fato de caminharem juntas na defesa da ainda engatinhante luta pela valorização da mulher. Essas mulheres têm voz e voto. Do total de 559 constituintes, são as únicas representantes das mulheres brasileiras, que somam mais da metade da população. O encontro das mulheres provocou alvoroço no restante dos constituintes, fazendo com que esqueces-

sem por alguns instantes a ordem expressa de Ulysses, de não se dar tréguas a nada que pudesse, por qualquer motivo, atrasar os trabalhos de votação nesta fase. Ele mesmo abriu mão de tudo para se juntar às mulheres e, rodeado por todas elas, tomar parte no programa histórico. E Ulysses o fez com muita felicidade e muitos sorrisos, ficando apenas levemente ruborizado devido aos gracejos que ouviu.

## Mandato fica para o dia 15

As negociações em torno do Título III do projeto de Constituição, que trata da organização do Estado, começam a acontecer hoje de manhã na liderança do PMDB. Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), embora a maioria dos temas não desperte polêmica, pelo menos uma semana será necessária para concluir a votação dos sete capítulos que compõem o título. "Alguns desses capítulos têm muitos dispositivos, são muito detalhados", explicou. Na opinião do senador, somente por volta do dia 15 de março a Constituinte começará a votar o polémico Título IV, que define o sistema de Governo a ser adotado no País e a duração dos mandatos presidenciais.

Para as votações ocorridas ontem, a negociação feita de manhã foi importante, mas não resolveu todos os problemas. No capítulo IV do Título II, que trata dos direitos políticos, por exemplo, não houve acordo quanto ao voto facultativo para jovens de 16 a 18 anos. A questão terminou decidida no plenário, pelo confronto. No capítulo seguinte, que será votado hoje, embora tenha havido consenso, os parlamentares se depararam com outra dificuldade: não havia as emendas necessárias para fazer as fusões que contemplassem o entendimento. Assim, segundo observou o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), todo o capítulo precisará "ser votado, retornando basicamente ao texto existente na Comissão de Sistematização". Este capítulo trata da organização dos partidos políticos.

## Participação popular tem mecanismos

A Assembleia Constituinte aprovou ontem uma emenda definindo que a soberania popular será exercida através de vários mecanismos, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa e o voto populares. Para que houvesse a aprovação, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, comprometeu-se a apresentar uma emenda no segundo turno de votação, para retirar do texto a expressão "voto popular".

A emenda, de autoria do senador Lavoisier Maia (PDS-RN), alterou tanto o texto da Comissão de Sistematização quanto o do Centro, referente ao artigo 16 do capítulo IV, que trata dos direitos políticos. Ela foi aprovada por 360 votos, contra 89 e 12 abstenções. A emenda estabelece que o sufrágio é universal e o voto, direto e secreto, com igual valor para todos. E que a soberania popular será exercida pelo plebiscito, pela iniciativa popular, pelo voto popular e pelo referendo, conforme dispuser a lei.

Pouco antes, o plenário rejeitara por 334 votos, contra 115 favoráveis e seis abstenções, a emenda do deputado Paulo Delgado (PT/MG), que pretendia tornar o voto facultativo e, não, obrigatório. Em função de um acordo global em torno de todo o capítulo dos direitos políticos, o plenário aprovou a emenda do capítulo: 355 votos a favor, 36 contrários e três abstenções.

O deputado Antônio Brito (PMDB/RS) disse que o processo de fusão de emendas está acelerando os trabalhos e hoje os constituintes votarão o capítulo III que trata da organização do Estado.

## As formas de ser eleitor

**NA NOVA CARTA**  
Torna o alistamento e o voto facultativos a menores com mais de 16 anos. Para os analfabetos e maiores de 70, continua facultativo. Para maiores de 18, obrigatório.

**A LEI HOJE**  
O alistamento e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativos para os analfabetos e maiores de 70. Menores não votam.

**NA SISTEMATIZAÇÃO**  
A Comissão aprovou o mesmo texto que o plenário recuperou ontem com destaque do deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS).

**NO CENTRÃO**  
Permita o alistamento para menores que completassem 18 anos até a data da eleição.

**PROGRESSISTAS**  
Defendam o texto da Sistematização, derrotado num primeiro momento pelo Centrão, mas retomado ontem.